



PREFEITURA MUNICIPAL DA ILHA DE ITAMARACÁ

LEI MUNICIPAL Nº 1.118/2009.

EMENTA: Dispõe sobre a instituição do Sistema de Controle Interno - SCI deste Poder Legislativo Municipal e dá outras providências.

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DA ILHA DE ITAMARACÁ, ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso de suas atribuições institucionais, faz saber que a CÂMARA MUNICIPAL aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

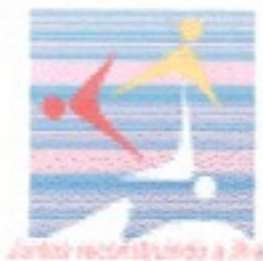
Art. 1º - Fica instituído no âmbito do Poder Legislativo Municipal o Sistema de Controle Interno - SCI, nos termos do que dispõe os artigos 31, 70 e 74 da Constituição Federal, os artigos 29, 31 e 86 da Constituição estadual e o artigo 59 da Lei Complementar nº 101/2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 2º - Para os efeitos desta Lei considera-se:

I - Sistema de Controle Interno (SCI) - O conjunto de normas, princípios, métodos e procedimentos, coordenados entre si, que busca realizar a avaliação da gestão pública e dos programas de governo, bem como comprovar a legalidade, eficácia, eficiência e economicidade da gestão orçamentária, financeira, patrimonial e operacional dos órgãos e entidades municipais;

II - Órgão Central do Sistema de Controle Interno (OSCI) - a unidade organizacional responsável pela coordenação, orientação e acompanhamento do sistema de controle interno;

III - Unidade Setorial de Controle Interno (USCI) a unidade organizacional integrante do SCI, ou servidor efetivo, responsável pelo controle de um grupo de atividades relevantes;



PREFEITURA MUNICIPAL DA ILHA DE ITAMARACÁ

IV - Unidades Executoras - as diversas unidades de estrutura organizacional, no exercício das atividades de controle interno inerente as suas funções finalísticas ou de caráter administrativo;

V - Pontos de Controle - os aspectos relevantes de processos de trabalho sobre os quais, em função de sua importância, grau de risco ou efeitos posteriores, deva haver algum procedimento de controle.

VI - Auditoria - minucioso exame total, parcial ou pontual dos atos administrativos e fatos contábeis, com a finalidade de identificar se as operações foram realizadas de maneira apropriada e registradas de acordo com as orientações e normas legais e se dará de acordo com os procedimentos de auditoria.

CAPÍTULO II

DAS FINALIDADES DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO

Art. 3º - O Sistema de Controle Interno Municipal, com a atuação prévia concomitante e posterior aos atos administrativos, visa a avaliação da ação governamental e da gestão fiscal dos administradores municipais por intermédio da fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial quanto a legalidade, legitimidade, economicidade, eficiência, aplicação de subvenções e renúncias das receitas.

Art. 4º - O Poder Legislativo Municipal manterá, de forma integrada, sistema de controle interno com a finalidade de:

I - Avaliar o cumprimento das metas previstas no Plano Plurianual, execução dos programas de governo e do orçamento do Poder Legislativo;

II - Comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência da gestão orçamentária, financeira e patrimonial;

III - Apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional;

IV - Expedir orientações sobre procedimentos inerentes à atividade de controle interno.

CAPÍTULO III

DA ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO DO PODER LEGISLATIVO



PREFEITURA MUNICIPAL DA ILHA DE ITAMARACÁ

Art. 5º - Integram o Sistema de Controle do Poder Legislativo:

I - Órgão Central do Sistema de Controle Interno, denominado coordenadoria do Sistema de Controle Interno - (CCI), que se constituirá em unidade administrativa, com independência profissional para o desempenho de suas atribuições de controle em todos os setores deste Poder;

II - Unidades Executoras são todos os setores da administração;

III - Unidades Setoriais de Controle Interno - USCI, que atuarão em setores a serem definidos, quando houver necessidade, através de ato do Chefe do Poder Legislativo.

§ 1º A área de atuação da CCI abrange todos os setores do Poder Legislativo Municipal.

§ 2º Os servidores indicados pelos órgãos e entidades da administração municipal para atuarem nas USCI ficam subordinados tecnicamente ao coordenador do sistema de controle interno.

§ 3º A subordinação técnica de que trata o parágrafo anterior compreende:

I - A observância de normas, procedimentos e diretrizes estabelecidos pela CCI;

II - A observância e execução dos planos de trabalho aprovados pela CCI;

III - A elaboração de relatórios requisitados pela CCI.

Art. 6º - Para entendimento do disposto no Artigo 4º, Inciso I desta lei, fica criado na estrutura administrativa do Poder Legislativo Municipal, a Coordenadoria do Sistema de Controle Interno - CCI.

Art. 7º - Para o funcionamento da CCI, fica criado no quadro de pessoal do Poder Legislativo Municipal:

I - 01 (um) Cargo Comissionado de Coordenador de Controle Interno, Símbolo CC-1;

II - Função gratificada de assistente de Controle Interno FG 1, de provimento efetivo em número de 02 (dois).



PREFEITURA MUNICIPAL DA ILHA DE ITAMARACÁ

§ 1º - Os servidores nomeados do quadro efetivo terão direito a uma gratificação no valor de R\$ 400,00 (quatrocentos reais).

Art. 8º - Os integrantes das unidades setoriais de Controle Interno serão escolhidos dentre os servidores do quadro de pessoal da CCI.

I - Servidores que estiverem suas contas, na qualidade de gestor ou responsável por bens ou dinheiros públicos, julgadas irregulares pelo Tribunal de Contas do Estado;

II - Cônjuge e parentes consanguíneos ou afins, até 3º (terceiro) grau, do Presidente da Câmara, do vice Presidente, do 1º Secretário, do 2º Secretário e dos demais vereadores.

Art. 9º - Constituem-se em garantias do ocupante do cargo de coordenador do Sistema de Controle Interno e dos servidores que desempenham atividades de controle interno:

I - Independência profissional para desempenho das atividades na administração municipal;

II - O acesso a documentos e banco de dados indisponíveis ao exercício das funções de controle interno;

Art. 10 - Os integrantes da Coordenadoria do Sistema de Controle Interno - CCI, reunir-se-ão, no mínimo 01 (uma) vez por trimestre para avaliação dos trabalhos realizados e edificação da necessidade de adequação de determinados controles. Nessas reuniões serão lavradas atas, sendo cópia enviada ao Presidente do Poder Legislativo para ciência das deliberações.

CAPÍTULO IV

COMPETÊNCIAS DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO DO PODER LEGISLATIVO

Art. 11 - Compete a CCI do Poder Legislativo Municipal:

I - Apoiar as unidades executoras, na normatização, sistematização e padronização dos seus procedimentos e rotinas operacionais, em especial no que tange à identificação e avaliação dos pontos de controle;

II - Verificar a consistência dos dados contidos no Relatório de Gestão Fiscal, que será assinado além das autoridades mencionadas no Artigo 54 da LRF, pelo Coordenador do Órgão Central de Controle Interno do Poder Legislativo;



PREFEITURA MUNICIPAL DA ILHA DE ITAMARACÁ

- III - Verificar e avaliar a adoção de medidas para retorno da despesa total com pessoal ao limite de que tratam os artigos 22 e 23 da LRF;
 - IV - Verificar a observância dos limites e das condições para inscrição de despesas em Restos a Pagar;
 - V - Verificar a destinação de recursos obtidos com a alienação de ativos, tendo em vista as restrições constitucionais e legais, em especial as contidas na LRF;
 - VI - Avaliar o cumprimento das diretrizes e metas estabelecidas no Plano Plurianual - PPA e Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO;
 - VII - Avaliar os resultados quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial do Poder Legislativo;
 - VIII - Verificar a compatibilidade da Lei Orçamentária Anual - LOA com o PPA, a LDO e as normas do LRF;
 - IX - Realizar auditorias sobre a aplicação dos recursos públicos do Poder Legislativo;
 - X - A apuração dos atos ou fatos ilegais ou irregularidades, praticados no âmbito do Poder Legislativo, dando ciência às autoridades competentes;
 - XI - Verificar a legalidade e a adequação aos princípios e regras estabelecidos pela Lei Federal nº 8.666/93, referentes aos procedimentos licitatórios e respectivos contratos efetivados e celebrados;
 - XII - Definir o procedimento e acompanhar a realização das tomadas de Contas Especiais nos termos de Resolução específica do Tribunal de Contas do Estado;
 - XIII - Apoiar os serviços de fiscalização externa, fornecendo, inclusive, os relatórios de auditoria interna produzidos;
 - XIV - Organizar e definir o planejamento e os procedimentos para a realização de auditorias internas.
- Art. 12 - Competem ainda a Coordenadoria do Sistema de Controle Interno do Poder Legislativo Municipal as seguintes atividades:**



PREFEITURA MUNICIPAL DA ILHA DE ITAMARACÁ

- I - Dispor sobre a necessidade da instauração ou desativação de unidades setoriais de Controle Interno;
- II - Responsabilizar-se pela disseminação de informações técnicas e legislação às unidades setoriais de controle interno e às unidades executoras;
- III - Desenvolver mecanismos destinados à padronização e aperfeiçoamento de métodos e procedimentos de controle de âmbito do Poder Legislativo, respeitando as características e peculiaridades próprias dos setores que o compõem, assim como as disposições legais;
- IV - Avaliar e controlar o cumprimento de instruções, normas, diretrizes e procedimentos voltados para o atendimento das finalidades do Poder Legislativo;
- V - Propor recomendações e estudos para alterações das normas ou rotinas de controle quando estes, ao serem avaliados apresentam fragilidades;
- VI - Oferecer informações necessárias à elaboração da Prestação de Contas Anuais do Poder Legislativo.

Art. 13 - Compete às unidades executoras, responsáveis por áreas e/ou ações administrativas mediante acompanhamentos e orientações da CCI, determinar os pontos de controle de cada ação, estabelecendo os responsáveis, regras, procedimentos e prazos, com a finalidade de garantir a sua efetividade, a partir da elaboração de manuais de rotinas e procedimentos.

Art. 14 - Compete às Unidades Setoriais de Controle Interno, realizar as atividades previstas no artigo 11 desta Lei, dentro dos grupos de atividades relevantes dos setores e entidades aos quais estejam vinculadas administrativamente.

CAPÍTULO V

DAS RESPONSABILIDADES

Art. 15 - Os responsáveis pelo controle interno, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, dela darão ciência ao Tribunal de Contas do Estado, sob pena de responsabilidade solidária, nos termos do artigo 74, da Constituição Federal e do artigo 31 da Constituição Estadual.



PREFEITURA MUNICIPAL DA ILHA DE ITAMARACÁ

§ 1º - Quando da comunicação ao Tribunal de Contas, na situação prevista no caput deste artigo, o dirigente do Órgão Central do SCI informará as providências adotadas para:

- I - Corrigir a ilegalidade ou irregularidade detectada;
- II - Determinar o ressarcimento do eventual dano causado ao erário;
- III - Evitar ocorrências semelhantes.

§ 2º - Na situação do caput deste artigo, quando da ocorrência do dano ao erário, devem-se observar as normas para tomada de contas especiais.

§ 3º - Quando do conhecimento de irregularidade ou ilegalidade através da atividade de auditoria interna, mesmo que não tenha sido detectado dano ao erário, deve a CSCI anexar o relatório dessa auditoria à respectiva prestação de contas anuais do Poder Legislativo.

Art. 16 - A Coordenação do Sistema de Controle Interno - CSCI, com base nos trabalhos realizados nos diversos setores do Poder Legislativo, conforme plano anual de trabalho emitirá periodicamente recomendações objetivando o fortalecimento dos controles internos e o respeito aos princípios da Administração Pública, conforme artigo 37 da Constituição Federal.

Art. 17 - O Chefe do Poder Legislativo poderá regulamentar através de Ato os pontos complementares necessários ao fiel cumprimento do estabelecido nesta Lei.

Art. 18 - A coordenação do controle interno fica autorizada a regulamentar as ações e atividades inerentes as suas funções institucionais através de instruções, orientações normativas que visem disciplinar a forma de sua atuação.

Art. 19 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 20º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito da Ilha de Itamaracá em 03 de setembro de 2009.

RUBEM CATUNDA DA SILVA FILHO
Prefeito